

dá-lhe o esboço do modo de qualidade. Enfatizou o requer, que a Universidade Pública era um sonho de toda a população e de muitos outros, que gostariam de ver-se uma faculdade a beira de uma maravilhosa praia, nas condições que Roberto ofereceu com qualidade de vida. Com relação à UVA, disse que a implantação do mesmo, por uma iniciativa na tentativa de minorar os problemas do fôros, que como ele próprio, necessitariam mudar-se para outra cidade para condizer o trabalho. Afirmando que o próprio vereador Júnior Mendes fora beneficiado na aquela Universidade Nova, que na vida havia feito a mesma em relação com relação à UVA, mas ninguém poderia negar sus méritos e benefícios e ainda observar que não tinha nada que fosse extinto o comodato ou que fossem retirados alguns bens em andamento. Em aparte, o vereador Júnior agradeceu o pronunciamento do vereador Alfredo e afirmou que em momento algum negara o mérito da Universidade e julgava a extinção do comodato, apenas propusera que a similitude oferecida a outra fosse também direcionado para a Universidade Pública, retomando a palavra, o orador disse que a similitude existia e que as providências eram bastante plausíveis, que era plausibilidade do governo, que não eliminaria a pessoas físicas nem físicas, mas a pessoas físicas, buscando uma cidade equilibrada, no que encurrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente após nota verificação de "quorum", observou não haver número regimental para a deliberação pelos meios legais, no momento dedecido a ordem do dia. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou o presente sessão em nome de Deus. É, para comitar, mandou que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação da Câmara Municipal, seja assinada para que produza seus efeitos legais.

f 
 f Rui Siqueira
 x

Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de São Paulo, realizada no dia 14 (quatorze) de agosto do ano de 2007 (dois mil e sete).

Após os trabalhos do dia, 14 (quatorze) de agosto do ano de 2007 (dois mil e sete), sob a presidência do vereador Sr. Geraldo Lima de Aguiar e com a ocupação da Câmara Municipal "ad hoc" pelo vereador Júnior Mendes.

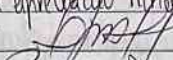

86

Santos Bonfres reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Almeidaes, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Dr. Bezerra de Figueiredo, Alexandre Gusmão, Alfredo de Jesus, Rogério Gonçalves, Paulo Henrique Correia de Sant'Anna, Lyte Scheundt Bunkles, Luiz Buchado de Faria. Havendo número regimental, o Senhor Presidente da Câmara abriu a sessão, Jesus em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a seguinte Ata: Ata da Quinquagesima Sessão Ordinária do primeiro período legislativo. A seguir, o Senhor Presidente, após o cumprimento do rito regimental, soltou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que contém do seguinte: Proj. - C.A.P.C. - C.A. n.º 49/2007 - Prefeito Municipal - Benjamim n.º 53104 - Projeto de Lei n.º 090/2007 assunto - Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social à Associação Bibliopiedade dos Filhos de Cabanos Projeto de Resolução n.º 005/2007 - Excm. Diretora, assunto: Dispõe sobre reajuste salarial do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara Municipal de Cabo Frio. Projeto de Resolução n.º 006/2007 - Vereador Alexandre de Almeida, assunto: Concede título de Cidadão Bibliopiedade à Senhora Aracely Rogueira. Projeto de Lei n.º 088/2007 - Vereador Alfredo Gonçalves, assunto: Considera de utilidade pública municipal a Associação Cultural Inabal - Instituto de Arte e a Herdade. Projeto de Lei n.º 089/2007 - Vereador Alfredo Gonçalves, assunto: Insere no Calendário Oficial de eventos do Município de Cabo Frio, bem como do Secretariado e por a Câmara Municipal de Cultura Inabal. Indicação n.º 102/2007 - Vereador Benjamim Bezerra de Figueiredo, assunto: Solicita ao Excm. Senhor Prefeito Municipal o recapitamento asfaltado das ruas Paulistas e Maria Figueiredo nos bairros Jardim Pacífico e São Antônio, Juazeiro Indicação n.º 103/2007 - Vereador Lyte Scheundt Bunkles, assunto: Solicita ao Excm. Senhor Prefeito Municipal a implementação de uma Central de Serviços de Consultas Tele-Gratuitizado em Cabo Frio. Oremenda a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna aos Senhores membros. Ocupou a Tribuna como primeiro orador inscrito, o vereador Benjamim de Santos Bonfres, que inicialmente falou sobre a data comemorativa da Pádua da Cidade Nossa Senhora do Carmo. Após, aludiu ao comentário da jornalista, economista do jornal O Globo de manhã anterior, quando a mesma fazia análise de quadro econômico fluminense, destacando que a economia viveu em direção ao interior do Estado, principalmente onde o petroleo impulsionava o desenvolvimento em indústrias.

manifestar. Não houve uma inclusão na tabela de valores de encumbrado, quando eram de-
 rados os indicadores sociais, em particular os níveis de escolaridade e os níveis de aprovação
 da rede de ensino da rede pública quanto à avaliação no ensino nacional, e mais, que
 haveria também interesse no quadro de empregabilidade, o que possibilitaria a multiplicação
 dos recursos públicos. Observou que a jornalista chamava a atenção dos governantes
 quanto à necessidade de que houvesse uma divisão equitativa doroyaltes, do período
 para que fosse possível um encumbrado homogêneo em âmbito estadual. Afirmer que
 na análise futura próximo da avaliação que ele próprio juntamente fazia no plano
 municipal no encumbrado e obras e contratação e execução de funcionários. Ainda
 ainda, que no mesmo jornal daquela data, tomara matéria sobre emenda constitucional
 em tramitação no Congresso Nacional, dependo sobre a efetivação de funcionários
 contratados na esfera federal, mas que por certo teria valor a nível municipal. Não
 que havia relação entre as duas matérias finalísticas, no sentido de que os recursos
 do royaltes provocavam um encumbrado junto público com a contratação de per-
 sonal e havia retranca de investimentos em infra-estrutura. Deixando, questiono o que
 que produziria tal emenda constitucional visto que seriam eletivados muitos funciona-
 rios "partidários" de modo a demonstrar aos nobres senhores, quando se discutindo o gasto
 utilizando os royaltes, insistindo que isso houvesse a aprovação da emenda seria
 grande uma fonte de pagamento imparcial no futuro, visto que o público era um benefi-
 cário, era imprescindível reflexo acerca do tema. Resultou a seguir, que o dinheiro pú-
 blico estava o recurso do interesse de grupos políticos e era extremamente importante
 que todos se conscientizassem de que todo o dinheiro deveria estar a uma do projeto para
 o poder público deveria se colocar na posição de construtor do futuro da cidade. Con-
 tinuando, afirmou que era inadmissível que todos continuassem agarrando muito
 a utilidade do patrimônio público, e imprevistamente muito. Após, continuou
 expondo a situação de diversos grupos do município, destacando que estudos feitos
 acerca do tema estavam disponíveis em seu site do internet. Prosseguiu, disse
 que o município não suportava mais tal irresponsabilidade e caso continuasse da
 aquela forma seriam condenado o futuro, no que encerre sua fala. De seguir, cedeu
 a tribuna, o vereador Alfredo Gonçalves, que após as reações de praxe, discorreu so-
 bre projeto de lei de seu autoria disponível sobre: "Considera de Utilidade Pública o Museu
 Rio Cultural Tribul - Tributo à Arte e a Herança, destacando a importância de que
 projetos do município fossem aprovados, com o reconhecimento daquela insti-
 tuição. Não estar certo de que valores não surgissem naquele grupo, visto que o mesmo

era composto por jovens abnegados que não mediam esforços em prol da aut-
mossquendo, ajudando ao desmoronar de Virador Funes Bendes, disse que a desi-
gualdade da distribuição dos royalties era preocupante, bem como também
o era a efetivação dos contratos. Chegou que tal possibilidade existia
a todos, em decorrência de que o Brasil era o país das desigualdades, mas
por isso em Cabo Frio tais efetivações não aconteceriam, no entanto, se tal
abertura chegasse ao município, possivelmente encontraria barreiras, pois
não tinha qualquer contrato que estivesse inscrito na lei. Disse ainda que os
contratos firmados no município eram necessários, o Virador Funes Bendes
apenas se preocupava de minorar o crescimento do município. Disse que
tava também no jornal O Globo da aquela data, a grande demanda de pessoas
da terceira idade surgindo suas escolas, mudando-se para o interior
do Estado. Disse que Cabo Frio propiciava uma qualidade de vida, e tal
fazia com que as pessoas de todas as idades escolhessem a cidade para
morar, o que gerava problema em todos os segmentos, pois o crescimento
do município administrativos quanto na esfera social estava atrelado um ao
outro e se a Prefeitura contratava era porque se fazia necessário. Disse que
isso poderia ser, os mesmos seriam revistos com muita tranquilidade de
pelo Prefeito e sua assessoria e a culpa não deveria ser impingida arbitria-
mente visto que o importante era a visão adotada para o futuro a partir de
aquele momento. Falou da necessidade de que fosse movimentada a economia
no município e mais, afirmou que que sua função na área legislativa era de-
fender o Executivo Municipal. Salientou que o Virador Funes Bendes era um pre-
vidor nato, em virtude de que havia dez anos que ocupava o papel de oposição.
Enfatizou que a polarização diária do mesmo era de extrema importância,
uma vez que muitos erros foram encontrados e muitos atos empreendidos na
tentativa de erradicar tais males. Disse que esperava contar sempre com a
colaboração e a colaboração conjunta do Virador Funes Bendes, no que in-
teresse sua vida. Não havendo mais dúvidas, mudou-se para o uso da tribuna
o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para o Ordem do dia. Nesta etapa
foi aprovado levar para o Conselho de Finanças, Orçamento e Or-
dinação nos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 057/2007 - R. B. nº 37/2007, Projeto
de Lei nº 074/2007 - R. B. nº 44/2007, Projeto de Lei nº 077/2007 - R. B. nº 046/2007.
A seguir, o Projeto de Lei nº 074/2007 - R. B. nº 44/2007 foi encaminhado para a

Comissão de Indicações final para que a mesma inclua parecer em prazo regimental as matérias que se refere aos projetos de lei n: 051/2007 - B e n: 074/2007, ao projeto de lei n: 077/2007 - B e n: 046/2007 terem aprovados os requerimentos de urgência no 10/2007 e 10/2/2007 respectivamente para que as Comissões técnicas se reunissem para emitir parecer em conjunto aos projetos citados, foram aprovados os requerimentos de urgência no 10/6/2007 e 10/3/2007 para que as Comissões técnicas se reunissem para emitir parecer em conjunto aos respectivos projetos. Projeto de lei n: 090/2007 - B e n: 53/2007 e Projeto de indicação n: 005/2007 - foram encaminhados para o Conselho de Administração e após prazo que a mesma emite parecer em prazo regimental aos seguintes projetos: projeto de indicação n: 001/2007, projeto de lei n: 088/2007 e projeto de lei n: 089/2007. finalizando este regime, foram aprovados as indicações nos 11/9/2007 e 11/2/2007. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encaminha presente Ata em nome de Deus, marcando Sessão Extraordinária para dentro de quinze minutos e para contar, mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação da Câmara, aprovada, em assinatura para que produza os efeitos legais.

x 
 x Rui Schwindt
 x 

Ata da Vigésima Segunda Sessão Extraordinária do número vigésimo legislativo da Câmara Municipal de Lobo Melo, realizada no dia 14 (quatorze) de agosto do ano de 2007 (dois mil e sete).

Os dezesseis horas do dia 14 (quatorze) de agosto do ano de 2007 (dois mil e sete) sob a Presidência do Sr. Vereador José Geraldo de Jesus de Aguiar, e com a participação da Sra. Vereadora Rui Schwindt Keurlls, reuniu-se Extraordinariamente a Câmara Municipal de Lobo Melo. Após dez minutos, responderam ao chamado regimental os seguintes Vereadores: Lúcio Pinho de Figueiredo, Alexandre Luiz Spínola, Alfredo Luiz Nogueira Gonçalves, Paulo Henrique Faria de Sant'Anna, Rui Schwindt Keurlls, e Rui Schwindt de Faria. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus a seguir, o Senhor Presidente disse que em função dos requerimentos de